

PODER

Lewandowski se despede; Justiça pode ser dividida

Com a saída do ministro aposentado do STF, segurança pública se tornaria uma pasta própria. Ideia é melhorar imagem de Lula no tema para disputar 4º mandato

» VÍCTOR CORREIA
» FÁBIO GRECCHI

Depois de quase dois anos, o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski deixou, ontem, o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ele comunicou a decisão em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, a quem entregou a carta de demissão, antes da cerimônia que marcou os três anos da tentativa de golpe de estado em 8 de janeiro de 2023. Desde o ano passado, Lewandowski pretendia sair do governo, porém, foi convencido a permanecer.

Com a saída de Lewandowski, há a possibilidade de a pasta ser desmembrada em duas — no Ministério da Justiça e no Ministério da Segurança Pública. Nos bastidores do governo, comentava-se que a divisão não tinha sido levada adiante até agora para não diminuir o ministro publicamente. Porém, entre os nomes que começam a ser cogitados para suceder Lewandowski, alguns são contrários ao desmembramento e outros acreditam que assumir um posto com menos atribuições seria uma clara perda de poder.

Entre os nomes cogitados para suceder Lewandowski está o do senador Ricardo Pacheco (PSD-MG), que ganharia uma espécie de prêmio de consolação por ter sido preterido por Lula na disputa à 11ª cadeira do STF — o indicado foi o advogado-geral da União, Jorge Messias. Seria uma forma, também, de agradar ainda mais o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) — que já foi



Tenho a convicção de que exerci as atribuições do cargo com zelo e dignidade, exigindo de mim e de meus colaboradores o melhor desempenho possível em prol de nossos administrados, consideradas as limitações políticas, conjunturais e orçamentárias das circunstâncias pelas quais passamos"

Ricardo Lewandowski, na carta em que se despede do Ministério da Justiça e Segurança Pública

presenteado com a indicação do afilhado político Otto Lobo para a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) —, a fim de facilitar os esforços para a aprovação de Messias, ainda hoje considerada difícil.

Outro que se ventila é o do hoje ministro da Educação, Camilo Santana. Ele seria deslocado para a Justiça e Segurança Pública por conta da experiência como governador do Ceará e por já ter lidado com o crime organizado naquele estado. Na disputa pela cadeira deixada por Lewandowski estão, ainda, Andrei Passos Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal (PF), e Vinicius Carvalho, controlador-geral da União.

Também vem circulando o nome do advogado Marco Aurélio Carvalho, que integra o grupo Prerrogativas — que reúne juristas apoiadores do governo. Há, ainda, a possibilidade de Tarso Genro voltar à pasta que ocupou no segundo mandato de Lula, sucedendo ao advogado Márcio Thomaz Bastos.

Sucessão

Lewandowski assumiu o ministério com a saída de Flávio Dino, indicado por Lula ao STF na vaga aberta com a aposentadoria da ministra Rosa Weber. Chegou em um momento de intenso tiroteio com os bolsonaristas, que, com sucesso, abraçaram o discurso da preocupação com a segurança pública por conta do desgaste causado pela tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. O ministro aposentado do Supremo chegou a pensar em ficar no cargo até a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que aumenta as competências da União no combate ao crime organizado, e é considerada a principal marca de sua gestão. O texto, porém, não foi votado no ano passado, como pretendia o Palácio do Planalto e o próprio Lewandowski.

O secretário-executivo Manoel Carlos de Almeida Neto assume a pasta interinamente até que Lula

defina o novo titular. Mas outros nomes levados por Lewandowski para o ministério, como o de Mário Sarubbio — que ocupa a Secretaria Nacional de Segurança Pública —, devem acompanhá-lo e sair do cargo que hoje ocupam.

Lewandowski é o primeiro a deixar o governo federal em 2026. Cerca de 20 atuais ministros devem deixar as pastas até abril, pois a maioria pretende concorrer nas eleições de outubro. Outro aliado importante de Lula que deve sair em breve é Fernando Haddad. O hoje ministro da Fazenda pode ser lançado pelo PT na disputa ao Senado ou ao governo de São Paulo.

No balanço que fez da gestão à frente do ministério, Lewandowski destacou as demarcações de terras indígenas, com cinco homologações em 2024 e sete em 2025. Citou, ainda, a implantação de câmeras corporais em 11 estados, em parceria com o governo federal, e a retirada de circulação de aproximadamente 5.600 armas e 298.844 munições. Apontou, ainda, a implantação do Programa Celular Seguro e avanços no combate à violência contra a mulher — como a Operação Shamar, que atendeu mais de 81 mil vítimas e prendeu 11,5 mil suspeitos de agressão.

"Tenho a convicção de que exerci as atribuições do cargo com zelo e dignidade, exigindo de mim e de meus colaboradores o melhor desempenho possível em prol de nossos administrados, consideradas as limitações políticas, conjunturais e orçamentárias das circunstâncias pelas quais passamos", frisou Lewandowski, na carta de despedida.

Ricardo Stuckert/PR



Num dos últimos atos à frente do Ministério da Justiça, Lewandowski participou da cerimônia em defesa da democracia, no Palácio do Planalto

Pressão eleitoral por desmembramento

» IAGO MAC CORD
» LETÍCIA CORREIA*

Com a saída de Ricardo Lewandowski, aumenta a pressão para que a segurança pública deixe de ser um apêndice do Ministério da Justiça e seja abrigada em uma pasta própria. A principal razão para isso é eleitoral: o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é visto por grande setores da sociedade como pouco ativo no combate à criminalidade, ainda mais porque as facções Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho se nacionalizaram e, hoje, estão coligadas com grupos locais para controlar atividades ilegais — desde o tráfico de drogas ao contrabando de madeira e metais preciosos e raros, passando pela biopirataria, agiotagem e jogos de azar. Isso dá ao bolsonarismo e à extrema-direita um trunfo eleitoral que, conforme mostram pesquisas de opinião, será usado eleitoralmente.

Segundo levantamento da Genial/Quaest, o percentual de brasileiros que apontam a violência como maior preocupação do país saltou de

30% para 38% em apenas um mês, depois da megaoperação contra o CV, no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, que deixou 121 pessoas mortas, entre elas quatro policiais. Assim, uma ala do governo defende que a nova estrutura permitiria focar no enfrentamento ao crime organizado, retirando da oposição o domínio sobre o debate público neste tema. Além disso, o PT vê o tema como um dos principais pontos de embate com a extrema-direita nas eleições de outubro.

Em dezembro, durante a última reunião ministerial do ano, Lula confirmou a seus auxiliares que vai recriar o Ministério da Segurança Pública assim que a PEC da Segurança for aprovada.

Há, porém, alguns entraves para a criação do Ministério da Segurança Pública. O primeiro é que uma nova pasta representa mais gastos com pessoal e estrutura, em um cenário de dificuldade fiscal do governo. O segundo é que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) manifestam-se contrariamente, nos bastidores, ao desmembramento do Ministério da Justiça.

Francisco Zardo, mestre em direito do Estado e sócio da Dotti Advogados, afirma que recriar essa pasta é juridicamente simples e administrativamente viável, podendo ser feito com rapidez caso o governo decida. Para isso, bastaria aprovar uma lei ou medida provisória que altere a estrutura ministerial vigente e, em seguida, um decreto presidencial definiria a organização interna, cargos e órgãos vinculados.

Polarização

Quanto à relação federativa, ele reconhece que sempre existe o risco de conflito entre União e estados, especialmente em ano eleitoral e num ambiente de polarização política. "A solução está no cumprimento do art. 144 da Constituição, que diz que a segurança pública é direito de todos e dever do Estado — abrangendo União, estados e municípios. Portanto, a atuação deve ser cooperativa, no âmbito das competências de cada um, que estão definidas na lei que criou o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública)", explicou.

O advogado, porém, adverte que a criação do Ministério da Segurança Pública não resolve, por si só, os problemas atuais. Ele diz que o sucesso dependerá, "sobretudo, do policiamento adequado das fronteiras, o que, atualmente, é uma ficção. Por exemplo: em Foz do Iguaçu, na fronteira com a Argentina e o Paraguai, quem ingressa no Brasil não sofre nenhum controle por parte das autoridades brasileiras. Em situação oposta, todos que ingressam na Argentina são individualmente identificados e registrados", observa.

Lula vem condicionado a criação da Ministério da Segurança Pública à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública no Congresso, que visa constituir o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e ampliar o papel da União no combate à criminalidade, estabelecendo diretrizes nacionais e padronizando protocolos. Os bolsonaristas, porém, avisaram que pretendem alterar o texto. **(Com VC)**

* **Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Lula veta dosimetria para Bolsonaro e confronta o Congresso

Em cerimônia de grande simbolismo, para marcar o fracasso da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 e a punição dos seus responsáveis, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente o projeto de lei que alterava a dosimetria das penas aplicadas aos condenados pelos atos golpistas, entre os quais o ex-presidente Jair Bolsonaro. A decisão colocou o Palácio do Planalto em rota direta de colisão com o Congresso Nacional, que havia aprovado a proposta por ampla maioria, com apoio do Centrão e da oposição bolsonarista. Após o anúncio do veto, Lula desceu a rampa do Planalto para cumprimentar apoiadores, em um gesto político calculado, que mirou a campanha eleitoral deste ano.

Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), não compareceram ao ato que lembrou os três anos dos ataques às sedes dos Três Poderes. Em discurso, Lula afirmou que o 8 de Janeiro demonstrou que "a democracia não é uma conquista inabalável", mas uma obra permanente, sujeita ao assédio de "velhos e novos candidatos a ditadores". O público respondeu com gritos de "sem anistia" e palavras de ordem em apoio ao presidente.

O veto foi anunciado no Salão Nobre do Planalto, diante de ministros, parlamentares e convidados. A mudança de dosimetria poderia beneficiar condenados e investigados pelos ataques às instituições e era defendida por setores da oposição sob o argumento de corrigir excessos na fixação das penas, depois que desistiram de tentar aprovar uma anistia. Lula sabe muito bem que será acusado de revanchismo e o veto será derrubado pelo Congresso, mas decidiu transformá-lo em um divisor de águas da disputa eleitoral, tanto contra candidatos de oposição à Presidência, especialmente Flávio Bolsonaro (PL-RJ), quanto contra um Congresso no qual o governo é minoria nos temas que unem bolsonarismo e Centrão.

A reação da oposição foi imediata. O líder oposicionista na Câmara, Cabo Gilberto Silva (PL-PB), convocou parlamentares e apoiadores para pressionar pela derrubada do veto na primeira sessão do Congresso. Em nota, classificou a decisão como "ato de crueldade" e acusou o governo de promover "vingança política", afirmando que o Planalto desrespeitou o princípio constitucional da individualização da pena.

No Senado, o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), acusou o governo de manter presos por vingança e de rejeitar qualquer discussão sobre clemência em nome da pacificação nacional. Em defesa do pai e demais envolvidos na tentativa de golpe, Flávio Bolsonaro afirmou que o governo prioriza disputas ideológicas enquanto ignora a violência cotidiana, prometendo atuar para reverter o veto. O deputado Luciano Zucco (PL-RS) acusou o Planalto de transformar o 8 de Janeiro em "espetáculo midiático" e de perseguir adversários.

Presidenciáveis

O veto também provocou reação dura do relator da proposta na Câmara, Paulinho da Força (Solidariedade-SP). Segundo ele, o Congresso havia construído um amplo acordo em nome da pacificação institucional, ignorado por Lula. Em vídeo, afirmou que o Legislativo entregou "a bandeira branca da paz" ao presidente, que teria optado pelo confronto. Para Paulinho, dosimetria não é anistia, mas justiça proporcional, e o veto reabre tensões políticas internas e transmite ao exterior uma imagem negativa do país.

A dosimetria vetada alterava regras da Lei de Execução Penal, extinguia a soma das penas pelos crimes de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito, passando a prevalecer apenas a pena maior, de quatro a 12 anos, e acelerava a progressão de regime para um sexto da pena em crimes sem violência contra a vida. Com isso, Jair Bolsonaro poderia reduzir o tempo em regime fechado de seis a oito anos para algo entre dois anos e quatro meses e quatro anos e dois meses. Condenado a 27 anos e três meses, Bolsonaro cumpre pena em regime fechado em dependência da Polícia Federal, em Brasília. Devido ao seu estado de saúde, seus parentes, médicos e advogados pleiteiam que cumpra a pena em prisão domiciliar.

Para outros condenados, o projeto também prevê redução de um terço a dois terços das penas quando os crimes forem cometidos em contexto de multidão, regra que não se aplicaria a Bolsonaro, considerado líder da tentativa de golpe. Pesquisa Quaest divulgada em dezembro mostrou que 47% dos brasileiros desaprovam o projeto, 24% o apoiam e 19% defendem penas ainda menores. Para 58%, o objetivo da proposta era reduzir a pena de Bolsonaro; para 30%, reduzir a de todos os condenados. Entre bolsonaristas, 53% defendem reduções maiores; entre lulistas, 77% rejeitam qualquer flexibilização.

Entretanto, está escrito nas estrelas que o Congresso derrubará o veto, como vem fazendo sistematicamente, toda vez que Lula contraria os interesses do Centrão. Os bolsonaristas estão enfraquecidos, mas são agressivos e barulhentos, não perdem a iniciativa e tem muito engajamento de seus apoiadores nas redes sociais. Por isso, suas propostas acabam capturando os demais parlamentares de direita. O grande beneficiário dessa mobilização será o senador Flávio Bolsonaro, candidato a presidente da República, apesar de outros candidatos de oposição também serem a favor da mudança de dosimetria, como os governadores de Minas, Romeu Zema (Novo); de Goiás, Ronaldo Caiado (União); do Paraná, Ratinho Junior; e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite — ambos pleiteiam a vaga de candidato do PSD.